



Brígida Rocha Brito (coord)

Alterações Climáticas e suas repercussões sócio-ambientais



*Agostinho Fernandes, Aline Castro, Andreia Pereira,
Arlindo de Carvalho, Brígida Rocha Brito, Carla Gomes, Carlos Vales,
Carlos Vila Nova, Cristina Brito, Edgar Bernardo,
Faustino Oliveira, Francisco Martinho, Gonçalo Carneiro,
Inês Carvalho, Joana Hancock, Joaquim Ramos-Pinto,
Jorge de Carvalho, José Vera Cruz, Luísa Schmidt,
Madalena Patacho, Meyer António, Paulo Magalhães, Pedro Prista,
Sulisa Quaresma, Susana Guerreiro, Xavier Muñoz Torrent*

Alterações Climáticas e suas repercussões sócio-ambientais

Brígida Rocha Brito (coord)

*Agostinho Fernandes, Aline Castro, Andreia Pereira,
Arlindo de Carvalho, Brígida Rocha Brito, Carla Gomes, Carlos Vales,
Carlos Vila Nova, Cristina Brito, Edgar Bernardo,
Faustino Oliveira, Francisco Martinho, Gonçalo Carneiro,
Inês Carvalho, Joana Hancock, Joaquim Ramos-Pinto,
Jorge de Carvalho, José Vera Cruz, Luísa Schmidt,
Madalena Patacho, Meyer António, Paulo Magalhães, Pedro Prista,
Sulisa Quaresma, Susana Guerreiro, Xavier Muñoz Torrent*

*Associação Internacional de Investigadores em Educação Ambiental
NEREA-Investiga*

Ficha Técnica

Título: Alterações Climáticas e suas repercussões sócio-ambientais

Coordenação: Brígida Rocha Brito

Autores: Agostinho Fernandes, Andreia Pereira, Aline Castro, Arlindo de Carvalho, Brígida Rocha Brito, Carla Gomes, Carlos Vales, Carlos Vila Nova, Cristina Brito, Edgar Bernardo, Faustino Oliveira, Francisco Martinho, Gonçalo Carneiro, Inês Carvalho, Joana Hancock, Joaquim Ramos-Pinto, Jorge de Carvalho, José Vera Cruz, Luísa Schmidt, Madalena Patacho, Meyer António, Paulo Magalhães, Pedro Prista, Sulisa Quaresma, Susana Guerreiro, Xavier Muñoz Torrent

Fotografias de capa: Brígida Rocha Brito

Edição: Associação Internacional de Investigadores em Educação Ambiental

Local: Aveiro

Ano: 2013

ISBN: 978-989-97980-1-4

Os textos editados nesta obra são da responsabilidade dos respetivos autores, não podendo ser imputados à organizadora ou à entidade editora

Discursos de Abertura

Luísa Schmidt

Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa

Muito bom dia,

Exmo. Sr. Ministro das Obras Públicas e Recursos Naturais, Eng. Carlos Vila Nova

Exmo. Sr. Diretor-Geral do Ambiente, Dr. Arlindo de Carvalho

Meus Senhores, Minhas Senhoras,

Caros Colegas,

Tenho de começar por dizer que é para mim uma dupla honra e um prazer dirigir-me a vós neste lugar encantado e encantador, encantatório, que aprendi a admirar em visitas anteriores.

O tema que nos reúne aqui hoje constitui, como já foi dito pelo Dr. Arlindo de Carvalho, um dos mais vastos e dramáticos desafios que a Humanidade enfrenta atualmente. As alterações climáticas terão impactos económicos e sociais profundos nas próximas décadas. Os números são impressionantes: prevê-se que até 2050 uma em cada 45 pessoas tenha de ser deslocada devido a este fenómeno.

Este onde estamos, África, é de facto um dos continentes mais vulneráveis aos impactos das alterações climáticas devido a diversos fatores, incluindo a menor capacidade adaptativa, a persistência da pobreza e a degradação dos ecossistemas. No interior de África, a precipitação anual, segundo o IPCC, deverá reduzir-se em 10% até 2050, o que terá fortíssimos impactos na agricultura, e também sabemos que o importantíssimo acesso a água potável vai ser um problema que nos afetará a todos. A subida do nível do mar, por seu lado, vai afetar todo o mundo e, em todo o mundo, as cidades costeiras mais populosas, as populações ribeirinhas e litorais que já hoje se veem na contingência de perder tudo, incluindo o próprio chão debaixo dos seus pés.

De acordo com o último Relatório do IPCC, de 2007, as pequenas ilhas situadas nos trópicos ou em latitudes mais elevadas estão especialmente mais vulneráveis à subida do nível do mar e aos eventos extremos. Como nos diz o novo Relatório do IPCC, em vias de sair, em janeiro de 2013, e como já se sabe, o nível do mar deverá aumentar o risco de inundação e de tempestades, erosão e outros riscos costeiros, ameaçando o modo de vida de muitas comunidades locais, com fortes impactos negativos nas pescas, na agricultura e também no turismo.

As alterações climáticas colocam assim à Humanidade, colocam-nos a todos nós, perante exigências de caráter técnico, científico, político e ético para as quais os tempos que correm estão longe de preparar um caminho fácil. Por isso, sobretudo as zonas mais expostas, que são as litorais, e ainda mais as insulares, precisam de se preparar com grande sabedoria, ou seja, com grande antecedência e com grande visão. Neste sentido, há também uma fantástica oportunidade que se abre ao desenvolvimento e à promoção de valores humanos e sociais, a três níveis principais que eu identificaria como: o nível científico, o nível cooperativo e o nível de capacitação.

Ao nível do primeiro, o científico, a preparação para as alterações climáticas é em si mesma uma atividade que requer vastos recursos técnicos e científicos, o que hoje já ninguém nega que está na base de qualquer processo de desenvolvimento e, por isso, é uma oportunidade. Acresce que na Cimeira do Rio+20, onde estivemos recentemente, foi assumido que as políticas climáticas globais terão de focar-se sobretudo nos programas de adaptação dos países mais vulneráveis. Saudamos, portanto, a muito oportuna iniciativa de São Tomé, ao discutir os impactos e as estratégias futuras face às alterações climáticas, que afetam em particular os Países em Desenvolvimento e especialmente os Pequenos Estados Insulares (SIDS). E começam já a ser aplicados no terreno projetos com o apoio dos Fundos de Adaptação, como se viu também na Rio+20. Existem portanto recursos que têm de ser aproveitados ao máximo, e quanto mais cedo melhor. São Tomé e Príncipe está assim na linha da frente, pois é elegível para Fundos Especiais de Apoio à Adaptação. Mas é preciso capacitar os países de forma a poderem tirar partido das oportunidades existentes.

O segundo aspeto que eu queria sublinhar é a cooperação. A preparação para as alterações climáticas requer cooperação, obriga aliás a contar com os outros, com todos os outros, para aprender com a experiência deles, para poder ajudar quem precisa e quando for preciso, para romper definitivamente com o egoísmo e com os egoísmos. A cooperação portuguesa com os países da CPLP foi orientada nos últimos anos para incluir a área ambiental nas suas prioridades, na sequência da aplicação das políticas climáticas globais. Criou-se em 2004 a Rede Lusófona para as Alterações Climáticas (RELAC) e está atualmente, 2012, a ser instalado em Cabo Verde o Centro Internacional de Investigação Climática e Aplicações (CIICLA/CPLP). Também na área da investigação científica há um potencial de colaboração que pode ser muito melhor explorado. As Universidades portuguesas detêm informação, conhecimento e recursos humanos e metodológicos que podem e devem ser aplicados em prol de uma adaptação mais efetiva às alterações climáticas, que previna perdas humanas e prejuízos para atividades essenciais à população.

O terceiro aspeto, e último, é a capacitação. A preparação para as alterações climáticas implica também a capacitação da sociedade civil para

decidir e agir de forma informada, culturalmente sustentável e socialmente responsável. É uma preparação que requer muita inteligência, muito trabalho e também prudência. A informação e a comunicação da informação, que são duas coisas diferentes, são peças fulcrais de todas as medidas de adaptação a este processo das alterações climáticas. Tomo aqui a informação como um vasto nexo de conexões do conhecimento, porque já não é possível pensar as disciplinas umas sem as outras; e as ciências do clima, da biologia ou da física são tão importantes como as ciências sociais. Não é puxar a brasa à minha sardinha, no que respeita às ciências sociais, mas o próprio Plano de Adaptação de São Tomé, que já foi referido, teve a visão e a inteligência de recolher as perceções e anseios das populações sobre os impactos das alterações climáticas. E esta é uma componente que se deve reforçar, pois qualquer estratégia de adaptação terá de contar com a participação daqueles que serão os mais afetados. Ou seja, sem as populações não é possível gerir a mudança ambiental de uma forma efetiva, e daí também a educação ser uma peça-chave.

No fulcro do problema da natureza está sempre um problema humano, e é por isso que nós, como cientistas sociais, nos unimos com outras disciplinas para pensar o processo das alterações climáticas. As alterações climáticas levam também a este processo extraordinário de unificação de ciências, de países, de ideias e de projetos.

A experiência do meu Instituto neste domínio - o Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa - é importante, especificamente na área do ambiente, porque estamos a reforçar o número de participações em redes internacionais de investigação e os projetos em parceria com os países da CPLP. Estamos envolvidos na criação de uma rede ibero-americana para a investigação em ambiente e sociedade, com enfoque específico nas alterações climáticas, e temos um programa doutoral interuniversitário em alterações climáticas e políticas de desenvolvimento sustentável, onde recebemos muitos alunos da lusofonia - temos muitos brasileiros, cabo-verdianos... e também é preciso começarmos a ter santomenses.

A minha presença aqui hoje, em nome do meu diretor, reafirma mais uma vez a importância que o ICS reconhece à cooperação franca com os PALOP, uma cooperação na qual depositamos as maiores esperanças em termos científicos, em termos sociais, em suma: em termos humanos.

Que os trabalhos que agora se iniciam possam ser a confirmação feliz daquilo que acabo de dizer.

Muito obrigada.

São Tomé e Príncipe, 22 de agosto de 2012